

Bahia acerta acordo de rolagem da dívida

Ações do Baneb serão transferidas para o governo federal como garantia de 20% do débito

Maria José Quadros
de Salvador

O governo da Bahia fechou ontem acordo com o Ministério da Fazenda para a rolagem de sua dívida mobiliária, da ordem de R\$ 788 milhões, correspondentes a Letras do Tesouro Estadual. O refinanciamento tem prazo de 30 anos e envolve, na prática, a privatização do Banco do Estado da Bahia (Baneb), além da transformação do Banco de Desenvolvimento do Estado (Desenbanco) em agência de desenvolvimento.

Foram assinados em Brasília dois protocolos. O primeiro prevê que o governo federal assumirá o débito em títulos do estado, "todos lançados antes de 1991, sem nenhuma emissão posterior", segundo enfatizou o governador Paulo Souto. O outro estabelece, como contrapartida, que o governo baiano transferirá ao governo federal ações do Baneb como garantia para 20% da dívida a serem pagos à vista.

Isso representa o início do processo de privatização do Baneb, um assunto que vem sendo cogitado há mais de um ano pelo governo da Bahia. "Um banco estadual é geral-

mente mantido para ser usado politicamente, o que a Bahia não faz há muitos anos. Então, para que ter um banco, se não se tem condições de concorrer com as instituições privadas?", raciocinava ontem uma fonte ligada ao governo baiano.

Paulo Souto comentou que toda a dívida mobiliária da Bahia venceria em 1998 e 1999. Caso não fosse feita a rolagem, o estado ficaria sem capacidade de endividamento, comprometendo a contratação de recursos junto a agências internacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mun-

dial (Bird), que vêm financiando obras de infra-estrutura no estado.

Mesmo assim, ele observa que a Bahia apresentou um perfil melhor na negociação do que os grandes estados brasileiros, a exemplo de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Isso porque sua dívida mobiliária representa 15% da dívida do estado e a dívida total já foi refinanciada em 1994, sendo depois alongada por meio da lei 8.727. Com o refinanciamento, o Tesouro estadual deverá economizar R\$ 78 milhões por ano.



Paulo Souto

O secretário estadual da Fazenda, Rodolpho Tourinho, disse que já na próxima semana uma comissão de técnicos do Banco Central, do Banco do Estado e do Desenbanco se reunirá para definir o cronograma do processo de privatização do Baneb, e de transformação do banco de desenvolvimento em agência.

Tourinho salientou ainda que o estado não tem recursos suficientes para aplicar no setor, que vem exigindo investimentos altos, sobretudo em automação. "A longo prazo, a tendência dos bancos estaduais é ter sua situação complicada", previu. O Baneb registrou no ano passado um prejuízo de R\$ 47,1 milhões.

REGISTRO

Vendas de carros financiados cai até 50%

O presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Silvano Valentino, afirmou ontem que o aumento do IOF sobre as operações de financiamentos estimulou uma queda de até 50% nas vendas de algumas concessionárias nos dez primeiros dias de maio em relação a abril, informou a Agência O Globo. De acordo com Valentino, no levantamento preliminar feito pela associação até o dia 10, as vendas recuaram 20,8% no atacado, ou seja, da fábrica para a concessionária e 20% no varejo. Nesse período, as montadoras repassaram 32.600 automóveis (41.200 no mesmo período de abril) às concessionárias que venderam 31.800 unidades (39.800 em abril).

CNI pede urgência para a questão portuária

O presidente do Conselho Temático de Infra-Estrutura da Confedera-

ção Nacional da Indústria (CNI), José Carlos Gomes Carvalho, disse, ontem, que a entidade está preparando um documento, para ser entregue ao presidente Fernando Henrique Cardoso, lembrando "a necessidade urgente" de resolver os problemas que existem nas áreas portuárias. O Conselho Nacional de Desestatização (CND) não chegou a se reunir, ontem, para discutir o passivo da Companhia Docas do Rio de Janeiro, calculado em R\$ 450 milhões, e Docas de São Paulo, de R\$ 680 milhões, e a privatização do Terminal de contêineres (Tecom) do porto de Santos. O CND deverá se reunir para examinar esses assuntos a partir de primeiro de junho. O ministro do Planejamento, Antônio Kandir, alegou que o ministro interino dos Transportes, Alcides Saldanha, não se sentia confortável em participar da reunião, pois deixa o cargo hoje. Às 12h30m, o deputado Eliseu Padilha (PMDB-RS) assume a pasta.